



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O IMPACTO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS AMERICANOS NA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
E MENOS DESENVOLVIDOS**

Bruna Maronesi

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Eiiti Sato

**Brasília
2015**

Resumo

O presente artigo tem como objeto o impacto dos subsídios agrícolas nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. O objetivo foi o de entender como os subsídios agrícolas afetam o comércio internacional de commodities e identificar seus impactos nos países que não possuem condições de subsidiar suas produções agrícolas. Para isso, foi utilizado o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados de estudos de impactos econômicos. O artigo explica como o setor agrícola foi regulamentado nas normas multilaterais de comércio, apresentando as falhas que resultaram desse processo. O resultado do trabalho é a sugestão da revisão das normas multilaterais que permitem os subsídios à agricultura a fim de se por um fim nessa prática prejudicial ao comércio internacional do setor. Por fim, o artigo oferece algumas propostas para alterar o *status quo*.

Palavras-chave

subsídios, agricultura, comércio internacional

Abstract

This article is about the impact of agricultural subsidies in developing and least developed countries. The objective was to analyze how agricultural subsidies affect international trade in commodities and identify their impact on countries unable to subsidize their own agricultural production. For this purpose, the deductive method was used, through literature review and research of economic studies data. The article aims to explain how the agricultural sector was inserted in multilateral trade rules, showing the failures that resulted from this process. The result of this work is the suggestion of a review of the multilateral trade rules that allow the practice of subsidies in order to end this harmful practice to international agricultural trade. Finally, the article offers some proposals to change the *status quo*.

Keywords

subsidies, agriculture, international trade

Introdução

É notório que os subsídios, tanto à produção quanto à exportação, são capazes de distorcer o mercado internacional de commodities por meios diversos: regulamentação de preços; complementação de renda dos produtores rurais por meio de pagamentos vinculados à produção, dentre outros. Desta sorte, causam benefícios somente para aqueles que recebem esse incentivo governamental em detrimento dos produtores de países que não dispõem desse tipo de apoio, ao arrepio da livre regulamentação do mercado. Nos dizeres de Gomes (2013:44):

Os subsídios distorcem os preços, alteram a quantidade de produtos produzidos e consumidos, realocam recursos e privilegiam determinados grupos em detrimento de outros, causando distorções comerciais que extrapolam o âmbito interno e atingem as relações estabelecidas multilateralmente.

Os subsídios da produção agrícola concedidos em países desenvolvidos causam vários problemas econômicos, como estes acima mencionados, dentro do espectro do comércio nesse setor. Em razão de se tratar de bens de consumo para alimentação da população, estes problemas econômicos gerados acabam por dificultar o acesso a estes produtos, tanto pela dificuldade de se competir na produção dos mesmos, quanto pela alteração forçada dos preços. Instaura-se, dessa forma, também um problema social, quando países menos favorecidos não dispõem de condições de participar do consumo dessas mercadorias.

O objetivo desse artigo é elaborar como os subsídios agrícolas de um determinado país, no caso os Estados Unidos, podem afetar negativamente a produção agrícola de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos que não possuem os recursos financeiros e nem a organização política e administrativa para subsidiar a sua própria produção.

Para isso, em um primeiro momento, esse trabalho irá contextualizar o início dos programas de subsídio do governo americano. Aqui, os Estados Unidos foram escolhidos a título de exemplo de país desenvolvido com fortes programas de apoio agrícola (subsídios).

Para poder analisar os impactos dos subsídios de países desenvolvidos nos países em desenvolvimento, foi necessário eleger um país desenvolvido com uma forte política de incentivos agrícolas, bem como um país em desenvolvimento cuja pauta exportadora é focada em agricultura e, neste caso, foi eleito o Brasil.

Em seguida, faz-se necessário entender como os três pilares do mercado agrícola internacional (acesso a mercados, apoio doméstico e subsídios à exportação) foram regulamentados multilateralmente pelo Acordo de Agricultura (AAG), pós-Rodada Uruguai. Especula-se que essa regulamentação criou uma dualidade no comércio internacional: protecionismo para os países ricos e liberalismo para os pobres, esse trabalho pretende confirmar essa especulação.

Caso essa hipótese seja confirmada, o presente artigo pretende analisar se em virtude desses prejuízos econômicos, principalmente no caso dos países menos desenvolvidos, ocorre um aumento da pobreza que, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), é um dos principais causadores da fome e desnutrição mundial, o que afeta a segurança alimentar dos países menos desenvolvidos. Será estudado também, como, apesar de danosa, essa prática ainda é permissiva nas normas multilaterais de comércio internacional.

Após o estudo dos impactos dos subsídios, e a confirmação de que esses impactos são negativos e prejudiciais, esse artigo irá propor algumas soluções para uma tentativa de se alinhar o comércio agrícola mundial, bem como a revisão das normas multilaterais de comércio internacional, a fim de se evitar essas práticas danosas.

A origem dos subsídios agrícolas norte-americanos

Como explicado acima, foi necessário eleger um país desenvolvido com políticas institucionalizadas e de magnitude expressiva, capazes de provocar alterações no mercado agrícola, para poder analisar os impactos desses incentivos nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Para esse fim, os Estados Unidos foram escolhidos. Sendo assim, faz-se necessário contextualizar a origem desses incentivos neste país para a análise posterior.

A crise conhecida como a “Grande Depressão”, que atingiu os Estados Unidos durante o governo de Hoover¹, foi um divisor de águas para a política de subsídios agrícolas daquele país. Até então, a política norte-americana era desfavorável a esse tipo de suporte doméstico. A filosofia era de que o poder de tributar não tinha sido concedido ao governo para o propósito de elevar uma classe a expensas de outra. Mesmo após a I Guerra Mundial, quando muitos fazendeiros tiveram que se readequar aos altos preços agrícolas estabelecidos durante o conflito, os norte-americanos ainda mantinham a determinação de não tributar um grupo econômico para conceder apoio a outro.

Contudo, mediante a crise, Hoover instituiu um programa chamado “*Farm Board*” que fixava preços mínimos para o comércio de trigo e algodão. De acordo com o novo programa, caso os preços dessas commodities caíssem abaixo do preço mínimo, o governo compraria as produções dessas safras, e pagaria pelo seu armazenamento na tentativa de revender esse estoque depois, por um preço melhor.

As consequências desse programa foram desastrosas. Produtores de outras culturas passaram a produzir somente trigo e algodão, tendo em vista a segurança e estabilidade dessas safras. Isso gerou uma superprodução, levando os preços a caírem drasticamente. Assim, o governo teve que comprar todo o excedente e armazená-lo por conta própria. Após dois anos, essa política se tornou inviável e o governo vendeu o excedente arcando com altíssimos prejuízos.

Quando Roosevelt² se tornou presidente, ele continuou com a política intervencionista no setor agrícola. Ele apoiou o “Agricultural Adjustment Act” (AAA), que visava resolver o problema do excedente de produção pagando os produtores para que eles não produzissem. Pela primeira vez, o Congresso norte-americano declarou que era “política do Congresso” balancear a oferta e demanda de commodities agrícolas para que seus preços gerassem um poder de compra dentro do desejável aos fazendeiros. O AAA controlava a oferta de sete culturas básicas: milho, trigo, algodão, arroz, amendoim, tabaco e leite, oferecendo pagamentos aos fazendeiros caso eles se comprometessem a não produzir em parte de suas terras.

¹ Hobert Clark Hoover foi o 31º presidente dos Estados Unidos entre 1929 e 1933.

² Franklin Delano Roosevelt foi o 32º presidente dos Estados Unidos entre 1933 e 1945.

² Franklin Delano Roosevelt foi o 32º presidente dos Estados Unidos entre 1933 e 1945.

A indústria agrícola americana passou, então, a ser dominada pela ideia de apoio doméstico (pagamentos) para reduzir a produção das lavouras, e de fixação de preços a níveis maiores do que os praticados no mercado. Uma vez que os produtores rurais conseguiram seus subsídios, esse apoio passou a ser visto como um direito adquirido, dificultando sua remoção, mesmo após o término da crise agrícola.

Hoje, os Estados Unidos subsidiam a sua produção agrícola concentrando seus programas apenas em alguns produtos, principalmente naqueles em que o país é grande exportador. As políticas norte-americanas objetivam garantir preço e renda ao produtor, estimulando o aumento da produção, e fazendo com que o produtor sempre esteja disposto a aumentar a área cultivada.

Os Estados Unidos gastam bilhões de dólares anuais por meio dos programas da “*Farm Bill*”³ para financiar a sua produção agrícola, contribuindo para a distorção do mercado internacional de commodities, e prejudicando os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos que têm, na agricultura, sua principal fonte de receita.

A institucionalização dos subsídios agrícolas nas regras de comércio internacional

Como visto no contexto americano acima, os subsídios surgiram para remediar as disfunções e os danos causados por uma crise. Entretanto, mesmo depois de sanados os efeitos prejudiciais da referida crise, os subsídios se mantiveram como direito adquirido, tornando difícil a sua retirada. A pergunta que se faz, então, é como esses programas de incentivo se enraizaram nos hábitos comerciais do setor agrícola. Para responder a essa questão, é necessário estudar o histórico das regras comerciais agrícolas desde o Acordo Geral de Tarifas e Comércio de 1947 (GATT 47) até o cenário pós-Rodada Uruguai, que resultou no Acordo de Agricultura (AAG) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O setor agrícola não era subordinado às regras de comércio internacional do GATT 47. Foi no contexto pós-Rodada Uruguai, com a criação do Acordo de Agricultura, que esse ramo do comércio internacional passou a ser regulamentado. Até

³ Lei agrícola americana.

então, como nota Gonzalez (2002:440) “*as políticas agrícolas dos países desenvolvidos eram marcadas por altos níveis de protecionismo e por transferência de renda dos consumidores urbanos para os produtores rurais*”. D’Avila (2009:60) explica muito bem o Acordo Agrícola:

O Acordo Agrícola (AAG) é resultado das negociações desenvolvidas durante a Rodada Uruguai, quando os países definiram as regras de condução do comércio agrícola internacional. O AAG entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, juntamente com a criação da OMC. Ele é composto por vinte e um artigos e cinco anexos, que regulam três grandes “pilares”: acesso a mercados, apoio interno e subsídios às exportações.

Ainda, segundo o mesmo autor (2009:61), “*pela primeira vez, o comércio de produtos agrícolas foi alvo de normas multilaterais, ainda que com muitas exceções e condicionamentos*.” De acordo com o preâmbulo⁴ do texto do Acordo de Agricultura, o seu objetivo a longo-prazo é estabelecer um sistema de mercado justo e com orientação de mercado. Foi seguindo esse raciocínio que o AAG passou a regulamentar multilateralmente o comércio das commodities agrícolas.

A realidade pré-Rodada Uruguai era outra, não existia regulamentação para os três pilares do setor: acesso a mercados (estando tarifas e limitações quantitativas incluídas aqui), apoio doméstico e subsídios à exportação. Assim, houve a necessidade da instituição de regras balizadoras para estas matérias fundamentais, a fim de se defender o livre comércio. Vejamos.

Acesso a mercados – tarifas e limitações quantitativas

Introduzindo o conceito, nas palavras de D’Avila (2009:67):

Tarifas são direitos aduaneiros sobre mercadorias importadas. As tarifas dão uma vantagem de preços a mercadorias produzidas localmente em relação a mercadorias similares que são importadas, aumentando rendimentos para os governos. Os compromissos atingidos na Rodada Uruguai para vincular alíquotas tarifárias a um nível máximo (consolidação) e para reduzir tarifas norteiam a disciplina sobre acesso a mercados no AAG.

⁴ Disponível em <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_01_e.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

Adiante, produtos agrícolas eram isentos da regra geral do GATT 47 de limitar tarifas até um valor máximo, ou seja, as tarifas de produtos agrícolas eram muito mais altas do que as de produtos manufaturados. E, historicamente, os países desenvolvidos aplicavam altas tarifas nos produtos rurais para limitar o acesso a mercado dos países em desenvolvimento e, assim, restringir a competição.

Além das proibições às tarifas, outra regra importante do GATT 47 se dava conquanto às limitações quantitativas. Esta regra vedava a instituição de proibições ou restrições feitas por cotas, licenças de importação ou de exportação. Contudo, produtos agrícolas eram sujeitos a várias exceções⁵ à essa regra.

O AAG alterou essa realidade. O Acordo prevê a expansão de acesso a mercados por meio da conversão de barreiras não-tarifárias em tarifas condizentes com o nível de proteção pretendido (esse processo ficou conhecido como “tarificação”), e a consequente redução dessas tarifas ao longo de um determinado período de tempo. Segundo D’Avila (2009:67):

O AAG resultou numa relevante mudança sistêmica: o deslocamento de uma situação em que uma miríade de medidas não-tarifárias impediam os fluxos de comércio agrícola para um regime de proteção exclusiva de tarifas vinculantes e compromissos de redução.

Ainda, segundo o mesmo autor (2009:71):

O processo de tarificação produziu efeito reverso ao inicialmente pretendido. Ao invés de reduzir o protecionismo ao comércio agrícola mediante a retirada de barreiras não-tarifárias, a tarificação criou “picos e escaladas tarifárias”, já que muitos membros da OMC alteraram suas barreiras não-tarifárias para tarifas equivalentes muito elevadas. A permanência das tarifas em nível elevado inviabilizou o fluxo de alguns produtos em seus mercados, mesmo após a Rodada Uruguai.

Quer dizer, essa nova ferramenta do Acordo sobre Agricultura da OMC não logrou melhorar o acesso a mercados no setor agrícola.

⁵ As exceções estão previstas no artigo XI:2 do GATT 47. O artigo XI:2(a) permitia proibições ou restrições aplicadas temporariamente à exportação para prevenir ou remediar uma situação crítica, devido a uma penúria de produtos alimentares ou de outros produtos essenciais para a parte contratante exportadora; enquanto o artigo XI:2(b) permitia proibições ou restrições à importação e à exportação necessárias à aplicação de normas ou regulamentações referentes à classificação, controle da qualidade ou venda de produtos destinados ao comércio internacional.

Apoio Doméstico

O GATT 47 não instituiu regulamentação, diretamente, ao uso de apoio doméstico ou de subsídios à produção do setor agrícola, como por exemplo, apoio à renda e fixação de preços. Como explica D’Avila (2009:75):

O objetivo do AAG foi disciplinar e reduzir os subsídios à produção, estabelecendo níveis de proteção contra a criação de excedentes agrícolas e, conseqüentemente, a depreciação artificial dos preços, no sentido de anular a concorrência internacional.

Para se entender melhor a regulamentação do apoio doméstico, é preciso entender a classificação dos subsídios segundo a terminologia da Organização Mundial do Comércio⁶.

A Organização categoriza os subsídios utilizando as cores de um semáforo: verde (permitidos), amarelo (reduza a velocidade, ou, reduza os subsídios) e vermelho (proibidos). Além dessas três cores, acrescentam-se também os subsídios azuis, que são definidos como “subsídios amarelos com condições”. É importante ressaltar que para o AAG não existe a caixa vermelha, ou seja, não existem subsídios proibidos, apesar de que subsídios acima dos níveis de compromisso de redução da caixa amarela não são permitidos.

Os subsídios de caixa verde estão definidos no Anexo 2 do Acordo de Agricultura:

Medidas de apoio doméstico para as quais a isenção dos compromissos de redução é reivindicada devem satisfazer o requisito fundamental de não ter, ou, de ter efeitos mínimos sobre a produção que distorcem o comércio. Por conseguinte, todas as medidas para se solicitar a isenção devem ser conformes os seguintes critérios de base:

- (a) O apoio em questão deverá ser fornecido por meio de um programa de governo com financiamento público (incluindo as receitas públicas não recebidas) que não implique em transferências dos consumidores; e,
- (b) O apoio em questão não visa prestar apoio de preços aos produtores.⁷

Subsídios da caixa verde não podem distorcer substancialmente o comércio, no

⁶ Disponível em <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

⁷ Disponível em <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_02_e.htm#annII>. Acesso em 26 de agosto de 2015.

máximo, eles podem causar distorções mínimas. Eles devem ser financiados pelo governo (com fundos públicos) e não podem envolver regulamentação de preço de produtos rurais.

Normalmente esses subsídios são programas que não são direcionados a bens específicos e incluem apoio à renda aos produtores, não podendo estar relacionados com níveis de produção ou preços. Programas de treinamento, pesquisa em agricultura e de proteção ao meio ambiente fornecidos pelo governo são exemplos de subsídio de caixa verde. Esses subsídios são permitidos sem limites impostos, desde que cumpram com os critérios estabelecidos no Anexo 2.

A caixa amarela inclui todas as medidas de apoio doméstico consideradas capazes de distorcer a produção e o comércio. Esses subsídios estão definidos no Artigo 6⁸ do AAG como todo tipo de apoio doméstico, exceto aqueles de caixa azul e verde. Medidas para regulamentar preços ou subsídios concedidos baseados no nível de produção são exemplos de subsídios de caixa amarela. Esses são os tipos de subsídios que devem ser diminuídos.

Subsídios de caixa azul são conhecidos como “subsídios de caixa amarela com condições” e estão definidos no Artigo 6, parágrafo 5 do AAG⁹. Qualquer apoio que se enquadraria na caixa amarela é colocado na caixa azul se o apoio requerer que os produtores rurais limitem a sua produção. Atualmente, não há limites de gastos em subsídios de caixa azul.

Subsídios à produção em favor de produtores rurais que não pertencem às caixas verde e azul, ou seja, os de caixa amarela, estão sujeitos a compromissos de redução pelo Acordo sobre Agricultura. O AAG requer que os membros reduzam os subsídios à produção baseado na “Medida Agregada de Apoio” (MAA¹⁰).¹¹ Trata-se da

⁸ Disponível em <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_01_e.htm#articleVI>. Acesso em 26 de agosto de 2015.

⁹ Disponível em <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_01_e.htm#articleVI>. Acesso em 26 de agosto de 2015.

¹⁰ A Medida Agregada de Apoio está definida no artigo 1 do AAG e referida em seus Anexos 3 e 4.

¹¹ Artigo 6:1 do AAG: “Os compromissos de redução do apoio interno de cada membro contidos na Parte IV de sua Lista serão aplicados à totalidade de suas medidas de apoio interno em favor de produtores agrícolas, com exceção das medidas internas que não estejam sujeitas a redução nos termos dos critérios estabelecidos no presente Artigo e no Anexo 2 do presente Acordo. Os compromissos são expressos em

“quantificação de todo o apoio governamental concedido por um Membro ao seu setor agrícola, baseado em um produto específico ou não, desde que não contemplado como uma das exceções do Acordo”, como explicou BHALA (2003:74).

A MMA global ficou sujeita à redução de 20% em comparação aos níveis de 1968-1988 até o término do período de implementação¹². A MMA dos países em desenvolvimento ficou sujeita à diminuição de 13,3%. Os países menos desenvolvidos ficaram isentos dessa obrigação.

Subsídios à exportação

Apesar da proibição a subsídios à exportação existente no GATT 47, o artigo XVI:3¹³ permitia a concessão de subsídios à exportação, contanto que o país provedor dos subsídios não detivesse uma parte “mais do que razoável do comércio mundial de exportação” do mesmo produto.

Nesse contexto, as Partes Contratantes do GATT 47 raramente obtinham sucesso em disputas no tocante a essa regra, pois provar que o subsídio em questão era responsável para que o país Contratante detivesse “parte mais do que razoável do comércio mundial” do produto era tarefa quase que impraticável.

O AAG tentou quantificar o problema. O Acordo determinou que os países desenvolvidos reduzissem os gastos com esse tipo de subsídio para 36% e diminuíssem seus volumes de exportações subsidiadas para 21% ao longo do período de implementação (baseado no período entre 1986-1990). Já os países em desenvolvimento deveriam reduzir seus gastos para 24% e o volume de exportações para 14%.

termos da Medida Agregada de Apoio Total e dos “Níveis de Compromisso Anual e Final Consolidados.”.

¹² O período de implementação dos compromissos específicos de cada país é o período de seis anos, com início em 1995. No entanto, os países em desenvolvimento têm a flexibilidade para implementar sua redução e outros compromissos específicos durante um período de até 10 anos.

¹³ Artigo XVI:3 do GATT 47: “Em consequência, as Partes Contratantes deveriam se esforçar no sentido de enviar a concessão de subsídios à exportação de produtos base. Contudo, se uma Parte Contratante consegue diretamente ou indiretamente, sob uma forma qualquer, um subsídio que tenha por efeito aumentar a exportação de um produto de base originária de seu território, este subsídio não será concedido de tal maneira que a mencionada Parte Contratante detenha então uma parte mais do que razoável do comércio mundial de exportação do mesmo produto, tendo em vista a participação das Partes Contratantes no comércio deste produto durante um período de referência anterior, assim como todos os fatores especiais que possam ter afetado ou que possam afetar o comércio em questão.”.

Contudo, para alguns autores como Gonzalez (2002) os objetivos desse acordo falharam. Para a autora, as regras que governam o comércio agrícola, consubstanciadas no AAG, são vistas como permissivas aos países desenvolvidos, incluídos aí os Estados Unidos, para continuar a subsidiar suas produções agrícolas e a despejar o excedente em outros mercados a preços artificialmente depreciados, enquanto requerem a abertura de mercado de países em desenvolvimento para esse comércio injusto.

Tanto os subsídios à produção quanto à exportação contribuem significativamente para o quadro de desequilíbrio predominante no comércio agrícola mundial.

Consequências dos subsídios para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento

Mesmo com o novo acordo multilateral, a figura dos subsídios não deixou de existir. Pelo contrário, o Acordo de Agricultura não proibiu o uso de subsídios à exportação no setor, somente previu a redução dos níveis de subsídios concedidos. Assim, o AAG, em vez de promover a liberalização do comércio, simplesmente estabeleceu níveis permissíveis suficientes para haver distorção de mercado.

Ainda, o Acordo contribuiu para agravar as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no que se refere à disponibilidade de concessão de subsídios como ferramenta da política agrícola. Como explica Gonzalez (2002:464):

Países desenvolvidos, historicamente, subsidiavam suas produções agrícolas, enquanto países em desenvolvimento precisavam tributar o setor agrícola. Ao permitir que os usuários desses subsídios mantivessem essa prática, mesmo que sujeitos à reduções obrigatórias, e ao proibir a introdução de novos subsídios, o Acordo institucionalizou a injusta vantagem competitiva detida pelos países produtores desenvolvidos.

Assim, ao estabelecer que países que concediam subsídios às suas produções e às suas exportações somente deveriam reduzir o valor desses apoios, o Acordo tornou legal, no sentido jurídico da palavra, a ferramenta mais poderosa para distorcer mercado. Ou seja, criou-se a legitimação expressa da utilização dos subsídios no mercado agrícola mundial.

Pode ser argumentado que a obrigação também vale para os países em

desenvolvimento, que também concediam subsídios. O problema aqui é que, são os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos os que mais tirariam proveito dessa ferramenta, logo são esses os países que deveriam ter níveis mais altos de subsídios permitidos, porém estes Estados não dispõem dos meios para prover este incentivo para os seus produtores domésticos em iguais proporções que seus competidores desenvolvidos.

O AAG foi moldado de maneira que os países que já concediam subsídios ainda possam concedê-los e, conseqüentemente, distorcer o mercado sem que isso esteja em desacordo com as regras multilaterais de comércio. Ao passo que os países que não dispunham à época de fundos para subsidiar suas produções, ou que dispunham de poucos recursos, ficaram impedidos de conceder apoios no mesmo patamar dos desenvolvidos. Ou seja, mesmo que os países em desenvolvimento passem a dispor dos recursos, esses países não podem lançar mão dessa ferramenta, já que não o faziam no momento da legitimação dos subsídios.

Quer dizer, baseado simplesmente no fato de que os países em desenvolvimento também concediam subsídios, mesmo que em proporções muito menores, tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento foram colocados em patamar de igualdade no que se refere às suas obrigações: diminuir os incentivos. Sendo que, para se atingir o mesmo patamar de igualdade nesse setor, a melhor solução teria sido igualar os níveis permissivos para ambos os países (desenvolvidos e em desenvolvimento), ou simplesmente, proibir a prática.

Além dessa institucionalização dos subsídios, o Acordo tornou permissivas outras práticas que também distorcem o comércio internacional de produtos agrícolas. Gonzalez (2002:465) cita algumas dessas práticas utilizadas pelos Estados Unidos:

Os EUA têm respondido ao declínio nos preços mundiais das commodities fornecendo ajuda direta aos produtores que não está subordinada aos resultados das exportações e, portanto, permitida pelo Acordo de Agricultura da OMC. Os Estados Unidos também promoveram as exportações, oferecendo crédito governamental em termos concessionais, e têm resistido a qualquer esforço para alcançar um acordo sobre a taxa mínima de juros e comprimento máximo de condições de crédito, na forma prevista pelo artigo 10:2 do Acordo de Agricultura da OMC.

Outro tipo de apoio que o AAG institucionalizou foram os pagamentos compensatórios utilizados pelos Estados Unidos para ressarcir os agricultores a diferença entre o preço de mercado atual para um determinado produto e o preço-alvo superior estabelecido pelo governo. Ainda, como explica Gonzalez (2002:467):

A isenção dos subsídios da caixa verde excluiu das obrigações de redução de subsídios do Acordo uma série de medidas comumente utilizadas pelos países desenvolvidos que podem ter efeito significativo sobre a produção e o comércio. Estes incluem os pagamentos diretos aos agricultores que estão desvinculados da produção, programas de segurança de renda e programas de seguro de colheitas. Embora esses programas não estejam diretamente ligados aos preços agrícolas, eles fornecem aos agricultores receitas adicionais, e assim subsidiam a produção agrícola.

O Acordo sobre Agricultura da OMC permitiu que países desenvolvidos mantivessem os subsídios e as restrições às importações que distorcem o comércio, deixando de atingir o seu objetivo declarado de criar um sistema de comércio justo e orientado pelo mercado. Como Watkins (1996:245) observou:

No mundo real (...) produção agrícola e comércio não são determinados pela vantagem comparativa, mas sim pelo acesso comparativo aos subsídios - uma área que os produtores de alimentos do mundo industrializado desfrutam de vantagens incomparáveis sobre aqueles em países em desenvolvimento.

Para ilustrar em dados esses incentivos, de acordo com Figueiredo (2010:445-467) *“as concessões norte-americanas quase triplicaram de 1995 para 2001, passando de um valor aproximado de US\$7,7 bilhões, em 1995, para mais de US\$21 bilhões em 2001.”*

Os gastos médios previstos com subsídios nos EUA, para os anos compreendidos entre 2002 e 2011, são de US\$ 41 bilhões:

Apenas com pagamentos extras autorizados pelo Congresso, os agricultores dos EUA receberam cerca de US\$ 20 bilhões de pagamentos diretos do governo em 2002, ou seja, aproximadamente 40% da renda líquida desses agricultores advieram de recursos governamentais. Em 2004, os subsídios totais dos EUA atingiram US\$ 43,45 bilhões (BEA, 2005).¹⁴

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) desenvolveu um

¹⁴ BEA – BUREAU ECONOMIC ANALYSIS. *Annual industry accounts*. BEA, 2005. Disponível em: <<http://www.bea.gov/>> em FIGUEIREDO op. Cit., 2002. p. 447.

estudo em 2014 expondo os principais impactos dos subsídios americanos, previstos na “*Farm Bill*” de 2014 (FB2014) na produção agrícola brasileira em números. Citam-se, a seguir, algumas conclusões do estudo:

- Algodão: a FB2014 prevê parcela de renda de 19% em média no período de 2014 a 2018 (algo entre US\$900 milhões e US\$1 bilhão de subsídios). Em 2004, dispêndios de US\$4,6 bilhões, representaram 49% da renda total dos cotonicultores norte-americanos. Dez anos depois, o pagamento total de subsídios caiu, mas continuou alto: fechou 2013 em de 17%.
- Milho: a FB2014 prevê parcela de renda entre 10% e 17% no período de 2014 a 2018 (entre US\$5 bilhões e US\$10 bilhões). O subsídio recorde foi em 2005 – US\$10,5 bilhões, representando 32% da renda dos produtores.
- Soja: a FB2014 prevê parcela de renda também recorde, entre 9% e 15% no período de 2014 a 2018 (entre US\$3,2 bilhões e US\$5,5 bilhões). Em 2004, esses subsídios foram de 8% da renda dos produtores (US\$1,8 bilhão).¹⁵

Segundo o mesmo estudo, as projeções de dispêndio para a FB2014, em relação à FB2008, indicam que para o período de 2014/2015 a 2018/2019, haverá um dispêndio total de US\$ 40,2 bilhões para o milho, US\$ 19,2 bilhões para a soja e US\$ 5 bilhões para o algodão, o que geraria os seguintes impactos nos preços mundiais:

- Algodão: redução no preço entre -3,7% a -4,3%;
- Milho: redução no preço entre -3,% a -5%;
- Soja: redução no preço entre -2% a -4%.

Entre 2014 e 2017, de acordo com o estudo, o Brasil exportará um volume total de 238 milhões de toneladas de soja, 146,7 milhões de toneladas de milho e 5,1 milhões de toneladas de algodão. Portanto, a queda dos preços mundiais mostradas acima geraria, no período, a seguinte redução de receitas de exportação para o Brasil:

- Algodão: US\$ 340 milhões acumulado, média de US\$ 70 milhões ao ano;
- Milho: US\$ 1,5 bilhão acumulado, média de US\$ 280 milhões ao ano
- Soja: US\$ 2,5 bilhões acumulado, média de US\$ 480 milhões ao ano

¹⁵ CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Seminário Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro, 2014. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/apresentacao.pdf>>.

A CNA concluiu, por meio desse trabalho, que a distorção no mercado mundial ocorrerá por duas razões, a primeira é que os subsídios estimulam aumento de produção empurrando os preços para baixo; e a segunda é que os subsídios reduzem o risco do produtor que vai responder com aumento de área, mesmo em situações de preços remuneradores.

Se for utilizado o Brasil como exemplo de país em desenvolvimento cujo comércio de commodities agrícolas é o foco da balança comercial, pode-se aferir que os subsídios agrícolas americanos atrapalham a expansão do agronegócio brasileiro, acarretando graves prejuízos econômicos para o país. De acordo com o estudo, o Brasil sofrerá, aproximadamente, US\$4,5 bilhões de redução de receita devido aos apoios agrícolas norte-americanos e, isso, se levadas em consideração somente as produções de milho, soja e algodão.

Há que se levar em consideração que o Brasil é um país altamente competitivo nesse setor, sendo o terceiro maior exportador agrícola mundial, ficando atrás somente da União Europeia e dos Estados Unidos. Ou seja, se os programas de subsídios norte-americanos são capazes de desequilibrar o comércio brasileiro de commodities, gerando US\$4,5 bilhões de prejuízo, os prejuízos econômicos para outros países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, que não possuem o mesmo grau de competitividade que o brasileiro, são ainda maiores no sentido de participação no mercado.

Países com grau de competitividade agrícola menor que o do Brasil certamente não sofrerão o mesmo prejuízo em valor numérico. Contudo, as consequências para esses países podem ser o impedimento do aumento de suas participações no mercado agrícola e, conseqüentemente, a diminuição das suas receitas em exportações.

Ainda, alguns estudiosos defendem que os programas de subsídios e apoio doméstico à agricultura podem ser apontados como principais causadores da fome e desnutrição mundial, uma vez que o aumento da pobreza causado por prejuízos econômicos gera a fome e a desnutrição.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) define segurança alimentar como *“o acesso físico e econômico a alimentos seguros e*

nutritivos suficientes que atenda (...) às necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.¹⁶

O argumento dos autores que defendem essa posição é o de que o livre comércio de produtos agrícolas produziu uma enxurrada de importações de alimentos baratos depreciando os preços dos alimentos no comércio internacional, o que ameaçou os meios de subsistência dos pequenos produtores em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Para Gonzalez (2002:476):

O Acordo da OMC sobre agricultura afeta a segurança alimentar nos países em desenvolvimento de duas maneiras distintas. Primeiro, o Acordo aumenta a insegurança alimentar, agravando a pobreza e a desigualdade rural. Em segundo lugar, o acordo dificulta a capacidade dos países em desenvolvimento em adotar medidas que promovam a segurança alimentar.

Segundo os mesmos estudiosos, a liberalização do comércio também levou a crescente ênfase na produção agrícola para exportação. À medida em que mais terra e mais recursos eram dedicados à produção e exportação de culturas, a produção nacional de alimentos nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos diminuía e insegurança alimentar crescia. Ainda, segundo Gonzalez (2015:61):

Os subsídios agrícolas, juntamente com a mecanização e a aplicação de fertilizantes e pesticidas químicos, resultou em excesso de produção e declínio dos preços dos alimentos nos países ricos. Os Estados Unidos responderam a esta crise de superprodução vendendo sua comida excedente no exterior a preços mínimos, ou doando como ajuda alimentar. Ironicamente, a venda ou a entrega de comida barata a título de ajuda aos países em desenvolvimento exacerbou a insegurança alimentar, depreciando os preços dos alimentos e minando os meios de subsistência dos pequenos agricultores.

O duplo padrão criado após o Acordo sobre Agricultura, protecionismo para os países ricos e liberalização do comércio para os países pobres, é o que permitiu os Estados Unidos prejudicar os meios de subsistência dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Ao subsidiar sua produção agrícola, os norte-americanos conseguem produzir safras recorde a preços muito baixos, mais baixos, inclusive, do que o custo local de produção de alguns países menos

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. An Introduction to the Basic Concepts of Food Security. Roma, 2008.

desenvolvidos.

Isso fez com que países que antes eram exportadores se tornassem grandes importadores de alimentos, por não conseguirem manter financeiramente suas produções agrícolas devido à essa competição injusta no setor.

As consequências dos programas de subsídios vão além de prejuízos econômicos para os países em desenvolvimento. Esses programas também contribuem para a exacerbação de sérios problemas sociais enfrentados por países menos desenvolvidos.

Soluções para as distorções comerciais do setor agrícola mundial

A questão a ser enfrentada, então, é de como resolver esses problemas sendo que, como demonstrado acima, o Acordo de Agricultura da OMC institucionalizou os subsídios que distorcem o comércio agrícola mundial. Como nos lembra D'Avila (2009:66):

Para sanar distorções que persistem no comércio agrícola, o artigo 20 do AAG destaca a continuidade do processo de negociações agrícolas com a finalidade de reduções progressivas e substanciais em apoio e proteção”

O Acordo Agrícola foi o primeiro passo em direção a um setor agrícola regulamentado por regras multilaterais de comércio, é preciso continuar caminhando para que novas regras mais equilibradas sejam alcançadas a fim de sanar os problemas que o setor enfrenta atualmente. Ainda, é de extrema importância manter o objetivo inicial dessas regras: criar um sistema de comércio justo e orientado pelo próprio mercado.

Contudo, as negociações do sistema multilateral de comércio estão emperradas desde 2001, ou seja, desde o lançamento da Rodada Doha de negociações. Essa rodada tem como parte de sua pauta, rever as regras dos três pilares agrícolas mencionados ao longo desse trabalho. Porém, já se passaram quase quinze anos e, infelizmente, nenhum consenso para esse setor foi alcançado.

As opiniões acerca da Rodada Doha são divergentes, uns ainda acreditam que a rodada obterá sucesso em alcançar um acordo multilateral em vários setores comerciais, inclusive, o agrícola. Já outros não só não acreditam que um acordo será obtido, como

também, aguardam ansiosamente o encerramento oficial da rodada.

Certo é que essa longa demora em alcançar um acordo acaba por agravar, ainda mais, o problema. Alguns estudiosos defendem que é hora de parar de esperar avanços nas negociações multilaterais e mudar a abordagem para se conseguir um avanço no setor. Lima-Campos (2014), por exemplo, argumenta que:

Com o aumento sem controle dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, suas posições de negociação em nível multilateral se tornam mais resistentes à mudança e menos propícias a um acordo multilateral na Rodada de Doha.

Para esse economista, os países que precisam de regras mais efetivas para regulamentar o setor agrícola deveriam negociar um acordo plurilateral, removendo todas as barreiras do setor e reduzindo o apoio agrícola a um valor mínimo.

Aqui, há que se explicar o que significa negociar um acordo plurilateral para Lima-Campos. A maioria dos acordos da OMC contam com a participação de todos os Membros, ou seja, a maioria dos acordos são de adesão obrigatória e de caráter multilateral.

Entretanto, após a Rodada Uruguai, restaram quatro acordos, negociados originalmente na Rodada de Tóquio, que contavam com um grupo mais restrito de signatários, e assim permaneceram após a criação da organização. Esses acordos são de adesão opcional e são plurilaterais, gerando direitos e obrigações somente para as partes signatárias, são eles: Acordo sobre Comércio de Aeronaves Civis, Acordo sobre Compras Governamentais, Acordo Internacional de Produtos Lácteos e Acordo Internacional sobre Carne Bovina (esses dois últimos acordos foram encerrados em 1997).

Como explicado, os acordos plurilaterais são de adesão opcional e já existiam no momento da criação da OMC, eles foram inseridos no Anexo 4 do Acordo que Estabelece a Organização Mundial do Comércio. Atualmente, existe a possibilidade de se inserir um novo acordo nesse Anexo, tal hipótese é contemplada pelo artigo X:9 do Acordo que Estabelece a OMC:

A pedido dos Membros partes de um acordo comercial, a Conferência Ministerial poderá decidir exclusivamente por consenso incluir o referido acordo no Anexo 4. A Conferência Ministerial, a

pedido dos Membros partes de um Acordo Plurilateral de Comércio poderá decidir retirá-lo do Anexo 4.

Entretanto, Lima-Campos não acredita ser possível atingir consenso para se criar um novo acordo plurilateral que contemple somente agricultura. O que o autor vislumbra possível é a negociação de um Acordo de Livre Comércio, evitando os chamados *free-riders* por meio da renúncia (waiver) da cláusula da Nação Mais Favorecida, prevista no artigo IX:3 do GATT 1994:

Em circunstâncias excepcionais a Conferência Ministerial poderá decidir a derrogação de uma obrigação de um Membro em virtude do presente Acordo ou de quaisquer dos Acordos Multilaterais de Comércio desde que tal decisão seja tomada por três quartos dos Membros, salvo disposição em contrário no presente parágrafo.

Quer dizer, é possível negociar um acordo que gere direitos e obrigações somente aos participantes dispondo da possibilidade de se conseguir a renúncia da cláusula da Nação Mais Favorecida, ou seja, esse acordo seria “plurilateral”, mas não precisaria ser incluído no referido Anexo 4.

Outra solução possível, porém pontual, seria recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. O Brasil tomou essa atitude quando viu seu mercado cotonicultor ser altamente prejudicado pelos subsídios americanos previstos na *Farm Bill*.

O Brasil deu início ao contencioso do algodão (DS267) em 2003, e o escopo das reclamações contra os Estados Unidos era os subsídios concedidos aos produtores norte-americanos de algodão e as distorções comerciais resultantes desse apoio. Em 2004, o painel circulou sua decisão, que foi confirmada em 2005 pelo Órgão de Apelação, condenando os subsídios estadunidenses sob o fundamento de que o apoio colocava os produtores norte-americanos em injusta vantagem comercial.

O resultado para o Brasil foi satisfatório. Entre 2009 e 2013 os Estados Unidos pagaram ao Brasil o equivalente a US\$ 147 milhões por ano, a título de compensação. Em 2014, ambos os países entraram em um acordo para encerrar a disputa, onde foram pagos US\$ 300 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

Apesar dos resultados positivos, recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias

demanda tempo e recursos, e não resolve o problema por completo. Seriam necessárias inúmeras disputas para por um fim aos programas de subsídios norte-americanos e, mesmo assim, não se pode afirmar que os resultados seriam satisfatórios.

Essas soluções indicam apenas alguns dos caminhos que podem ser utilizados para resolver as questões apresentadas ao longo desse trabalho.

Conclusão

O Acordo Agrícola da OMC, na contramão dos esforços de soberania do livre mercado, institucionalizou práticas comerciais que, aparentemente, distorcem e atrapalham a economia.

Dentre os prováveis prejuízos mercadológicos pode-se destacar alguns como os mais correntes, como as práticas de apoio doméstico e os subsídios à exportação. Estes, por si só, se não tiverem sua aplicação repelida tem condição de criar um ambiente comercial calcado na capacidade de cada *player* de ofertar mais ou menos incentivos governamentais, e não na eficiência de produção, alocação de recursos e, conseqüentemente, menor custo de produção para atingir mercados.

Contra estas práticas deveria se destacar a atuação dos órgãos de comércio internacional. No entanto, as regras que governam o comércio agrícola por vezes são vistas como permissivas aos países desenvolvidos para continuar incentivando suas produções, enquanto “impondo” a abertura dos mercados de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos para esse comércio injusto.

Como foi demonstrado ao longo desse trabalho, o Acordo sobre Agricultura da OMC não proibiu o uso de subsídios à exportação no setor, somente previu a redução dos níveis de subsídios concedidos, legalizando a utilização desses programas no mercado agrícola mundial. Adiante, o AAG estabeleceu níveis permissíveis suficientes para que ocorram distorções de mercado.

Essa legalização dos programas de subsídios gerou conseqüências econômicas e sociais para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Estes, mesmo em condição de competir com países desenvolvidos com suas commodities, se virem

alijados do mercado internacional à medida que os preços são artificialmente distorcidos.

Estatisticamente falando, as concessões de subsídios tem aumentado, ao longo dos anos, causado a depreciação artificial dos preços das commodities agrícolas, impedindo a expansão do agronegócio dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, e consequentemente, atrapalhando a evolução econômica desses países. O que se assevera em razão do alto grau de dependência que esses Estados têm da economia de produção primária.

As consequências econômicas podem ser exemplificadas pelo que foi apontado ao longo desse artigo. De acordo com estudo da CNA¹⁷ supramencionado, os programas da *Farm Bill* causarão uma depreciação no preço das commodities nas seguintes proporções: algodão, redução no preço entre -3,7% a -4,3%; milho, redução no preço entre -3,% a -5%; e soja, redução no preço entre -2% a -4%. Portanto, essa queda dos preços mundiais irá gerar a seguinte redução, para o Brasil, de receitas de exportação: algodão, US\$ 340 milhões acumulado, média de US\$ 70 milhões ao ano; milho, US\$ 1,5 bilhão acumulado, média de US\$ 280 milhões ao ano; soja, US\$ 2,5 bilhões acumulado, média de US\$ 480 milhões ao ano, totalizando o valor de US\$ 4,340 bilhões.

Já as consequências sociais ocasionadas pela concessão de subsídios agrícolas estão relacionadas ao agravamento da fome e desnutrição nos países menos desenvolvidos, uma vez que as distorções no comércio agrícola impedem o desenvolvimento econômico e agravam a pobreza nesses Estados. Mais uma vez, para frisar, o que é agravado em razão dessas economias não terem alternativas à produção primária, visto que seus parques industriais e setores de serviços não são avançados como em nações ditas de primeiro mundo.

Os altos subsídios aos produtos agrícolas produziram uma enxurrada de importações de alimentos baratos depreciando os preços dos alimentos no comércio internacional, o que ameaçou os meios de subsistência dos pequenos produtores dos

¹⁷ CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Seminário Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro, 2014.

países menos desenvolvidos, agravando esse sério problema social. Se os preços não sofressem essa depreciação artificial, as produções agrícolas desses países teriam as condições de competir no mercado internacional com as commodities subsidiadas. Contudo, como os governos desses países não dispõem dos recursos necessários para subsidiar suas produções, o preço final de seus produtos acabam sendo mais altos do que o que se pratica no mercado e, portanto, essa produção não consegue ser exportada, o que gera os prejuízos econômicos e sociais aqui discutidos.

Finalmente, esse trabalho apresenta algumas soluções para esses problemas econômicos e sociais. A primeira, seria o encerramento satisfatório da Rodada Doha de negociações, contemplando acordos no setor agrícola. A segunda, seria a negociação de um Acordo de Livre Comércio Agrícola, com renúncia da cláusula da “Nação Mais Favorecida”, gerando direitos e obrigações somente para as partes contratantes. E, outra solução possível, porém pontual, seria recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, para desafiar os programas de subsídios que distorcem o comércio agrícola mundial.

Conclui-se, portanto, dentro do escopo da pesquisa desse trabalho, que os programas de subsídios agrícolas norte-americanos podem ser prejudiciais ao comércio mundial, uma vez que esses programas têm a capacidade de distorcer o mercado, gerando prejuízos econômicos e sociais aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Por outro lado, os subsídios agrícolas, de modo geral, possibilitaram avanços tecnológicos na produção agrícola mundial, tornando-a altamente eficaz e menos suscetível a variações de preço devido à más condições climáticas; os subsídios permitem que os agricultores façam uso do mais recente sistema e equipamentos disponíveis na indústria agrícola, contribuindo para o aumento da produtividade; e, sob um outro ângulo social, os subsídios à agricultura podem auxiliar no desenvolvimento de países menos desenvolvidos no tocante ao acesso a alimentos, uma vez que alimentos de primeira necessidade, como trigo e leite, tornam-se acessíveis às populações.

Perante os prós e contras dos subsídios agrícolas, certo é que as negociações no setor precisam continuar e precisam avançar, seja no nível multilateral, seja no nível

plurilateral, para que se possa ter um livre comércio agrícola, que possibilite o avanço econômico e social dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. As soluções para esse problema aqui apresentadas são alguns dos caminhos que podem ser percorridos para enfrentar a questão.

Referências Bibliográficas

BARTELS, Lorand. **The Relationship between the WTO Agreement on Agriculture and the Agreement on Subsidies and Countervailing Measures**. University of Cambridge Faculty of Law Research Paper No. 38/2015 (2015).

BEA – BUREAU ECONOMIC ANALYSIS. **Annual industry accounts**. BEA, 2005. Disponível em: <<http://www.bea.gov/>>.

BHALA, Raj. **World agricultural trade in purgatory: the Uruguay Round Agriculture Agreement and its implications for the Doha Round**. North Dakota Law Review, 2003, p. 74.

BOSSCHE, Peter Van den; ZDOUC, Werner. **The Law and Policy of the World Trade Organization**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Seminário Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro**, 2014. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/apresentacao.pdf>>

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **Addressing the global food crises: key trade, investment and commodity policies in ensuring sustainable food security and alleviating poverty**. New York and Genebra, 2008.

D'ÁVILA, André Luiz Bettega. **O Direito do Comércio Internacional no Setor Agrícola: os subsídios à exportação**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FIGUEIREDO, Adelson Martins et al. **Impactos dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos na expansão do agronegócio brasileiro**. Estud. Econ., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 445-467, June 2010.

GOMES, Natália Fernanda. **A regulação internacional dos subsídios agrícolas: a contemporaneidade do paradigma realista para a compreensão do sistema de comércio agrícola internacional vigente**. Revista de Direito Internacional, v. 10, n.1 2013 p. 43-55.

GONZALEZ, Carmen G. **The Global Food System, Environmental Protection, and Human Rights**. Natural Resources & Environment, Vol. 26, No. 3, Winter 2012; Seattle University School of Law Research Paper No. 12-12.

_____, Carmen G. **Trade Liberalization, Food Security and the Environment: The Neoliberal Threat to Sustainable Rural Development**. 14 TRANSNAT'L L. &

CONTEMP. PROBS. 419 (2004).

_____, Carmen G. **The Global Food Crisis: Law, Policy, and the Elusive Quest for Justice.** Yale Human Rights and Development Journal: Vol. 13: Iss. 2, Article 4 (2010).

_____, Carmen G. **Institutionalizing Inequality: The WTO Agreement on Agriculture, Food Security, and Developing Countries.** 27 COLUM. J. ENVTL. L. 433 (2002).

_____, Carmen G. **World Poverty and Food Insecurity.** 3 Penn. St. J.L. & Int'l Aff. 56 (2015).

KILMAN, Scott; THUROW, Roger. **ENOUGH: Why the World's Poorest Starve in an Age of Plenty.** New York: Public Affairs, 2009.

LIMA-CAMPOS, Aluísio Gomien, **In Agriculture it is Time to Act With Plurilaterals.** TheTradeBeat.com, 2014. Disponível em <<http://www.thetradebeat.com/opinion-analysis/in-agriculture-it-is-time-to-act-with-plurilaterals>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **An Introduction to the Basic Concepts of Food Security.** Roma, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/al936e/al936e00.pdf>>

WATKINS, Kevin. **Free Trade and Farm Fallacies: From the Uruguay Round to the World Food Summit,** 26 The Ecologist 244, 1996.